

## Cidades “médias” ou cidades “intermediárias”? ENTREVISTA COM O DR. GERALDO M. GAUDÊNCIO FARIA

*Entrevistador:*

Luis Guilherme AitaPippi  
guiamy@hotmail.com

*Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS*



*O arquiteto Geraldo Majela Gaudêncio Faria é Doutor em Sociologia pelo Institut d'Études du Développement Économique et Social - Université de Paris 1, Panthéon-Sorbonne. Atua como professor Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/UFAL. Docente dos Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Dinâmicas do Espaço Habitado da UFAL. Líder do Núcleo de Estudos Morfologia dos Espaços Públicos - MEP.  
ggfaria@gmail.com*

*Terr@Plural - Como se caracterizam as cidades médias brasileiras?*

Eu prefiro chamá-las de cidades ‘intermediárias’, justamente porque na divisão regional do trabalho e na rede urbana, essa categoria de cidades ocupa a posição de mediação de fluxos regionais, de intermediação entre o povoado e a grande cidade. A caracterização do que vem a ser cidade média no Brasil normalmente suscita controvérsias sobre quais os indicadores mais apropriados para uma classificação unívoca (num conjunto heterogêneo) de amplitude universal (ou nacional). Isto, porque os fatores que atuam no processo de urbanização e de conformação de cidades que sediam e intermediam relações interurbanas em grande escala territorial (continente, país, região, estado) podem variar de lugar para lugar e de conjuntura para conjuntura, de modo que densidade populacional, intensidade e características das atividades econômicas, produção, localização geográfica na rede de fluxos de capitais e gentes, oferta de infraestrutura urbana e de serviços com certo grau de sofisticação e eficiência, podem desempenhar papéis e magnitudes diferenciados em cada caso. Isso obriga a que a construção do conceito de ‘cidade média’ (ou ‘intermediária’) requeira uma certa complexidade de considerações de modo a também incluir a possibilidade de relativização entre situações concretas díspares. Em vista disso, a discussão sobre os

critérios e métodos de classificação corre o risco de polarizar as discussões sob o viés formalista, às vezes deixando escapar o que é essencial na dinâmica do processo de urbanização.

Não resta dúvida que a gênese desse 'tipo' ou 'categoria' de cidades se deve ao processo de interiorização da urbanização em direção às regiões periféricas de territórios política e economicamente polarizados por um núcleo original (porto, aeroporto, administração pública, serviços especializados, sedes institucionais etc.). Esse complexo polarizador que desenha movimentos centrífugos e centrípetos sobre o espaço constitui e dá forma à "grande cidade" (metrópole, megalópole) de referência para toda a rede urbana a ela conectada, de onde e para onde fluem fluxos de riquezas (excedentes) e capitais humanos (habilidades e força de trabalho ociosas na periferia), que retornam em parte à periferia na forma de dependências, ou seja, de promessas de satisfação de carências relativas ou reais.

A cidade média também deve reproduzir, na escala de uma microrregião, o mesmo processo de polarização que, na origem e na escala da meso-região, engendrou a grande cidade polo. Consolidando-se o grau de urbanização da população, as cidades médias tendem a receber mais intensamente parte dos refluxos ou das externalidades da cidade polo, especialmente quando estas intensificam processos de deseconomias de vários tipos (poluição, congestionamentos, estresses, sobrecustos operacionais), passando aquelas a se tornarem opções estratégicas para a realocização de atividades (espraçamento) ou para nova moradia em condições de densidade e qualidade de vida seguramente menos estressantes e menos onerosas do que as vivenciadas na cidade grande; podendo-se recorrer a esta numa eventualidade.

Dessa maneira, a cidade média que antes (décadas de 1960-70) era vista como anteparo e solução para se evitar o crescimento desmesurado das cidades polo, passa a ser vista como lugar de expansão da urbanização, de consolidação e de reforço da rede urbana no desempenho da sua finalidade básica em termos de reprodução social (e do capital) que, desde a gênese da urbanização, é a de drenar fluxos de riqueza (excedentes) para a cidade cabeça (a capital), para as grandes cidades regionais e cidades nacionais e, agora, para as cidades mundiais.

Portanto, à medida que a economia dos territórios polarizados adquire maior complexidade e maior escala de produção de excedentes (poupanças) e que a relação custo-benefício de se viver (ou produzir) na grande cidade polo passa a não ser mais tão compensadora e satisfatória, a cidade média (intermediária) reforça sua posição na hierarquia urbana enquanto extensão natural dos grandes centros. Persistindo a intensidade do processo de urbanização, as cidades médias tenderão a crescer e a adquirir, também, feições de grande cidade, podendo trazer um relativo equilíbrio à divisão regional do trabalho e à distribuição territorial da população.

A emancipação de muitos serviços quanto a vínculos geográficos (centralidade) graças às modernas mídias digitais facilita bastante esse processo de transferência de funções para outros pontos da rede urbana. É possível no caso brasileiro, como já se observa desde algum tempo nos países mais industrializados, uma relativa estagnação da pequena cidade em detrimento das cidades médias e grandes, especialmente das primeiras, que

passam a ganhar glamour, eficiência e bem-estar. Porém, em razão do perfil histórico de distribuição de renda, ainda estamos longe disso vir a ocorrer plenamente por aqui com tais feições; mas, as cidades intermediárias já ganham importância em termos de oferta de empregos de natureza nitidamente urbana (serviços especializados em geral), que é o que distingue uma cidade de um aglomerado.

*Terr@Plural* - Qual o papel das cidades médias brasileiras para com a funcionalidade e dinâmica da paisagem urbana?

Essa pergunta, tal como formulada, parece sugerir que haveria uma ‘paisagem urbana’ em processo de conformação e que as ‘cidades médias’, no seu conjunto, teriam um papel na sua funcionalidade e dinâmica. Não creio que, fora do campo do imaginário e da representação, tenha algum sentido se falar em ‘paisagem urbana’ em escala hiperurbana, paisagem correspondente a uma rede regional (ou nacional) de cidades, pois a noção de paisagem urbana enquanto realidade operacional diz respeito exclusivamente à escala da apropriação e percepção humana do espaço, às configurações espaciais em que se desenvolvem as atividades humanas, mesmo aquelas apropriadas tão somente para contemplação.

Isto posto, creio que devemos retomar o conceito de paisagem em geral e o de paisagem urbana em particular. De pronto constatamos que é muito difícil conceituá-las de modo abstrato, isto é, sem nos referirmos a um recorte territorial. Tomando de empréstimo a contribuição de Milton Santos, devemos entender a paisagem como sendo uma categoria-síntese da realidade ambiental e social, portanto, totalizante de determinados arranjos espaciais de atividades (produção, consumo, moradia, deslocamentos, interações sociais) que se desenvolvem de modo relativamente concentrado num território contíguo e que tomam a forma de um aglomerado de edificações ou ambientes permanentes construídos para abrigar essas atividades de maneira eficaz, para organizar os fluxos de pessoas e mercadorias pelo território, de compartimentos funcionais de espaços livres (jardins, quintais, estacionamentos, ruas, praças, parques). Esses arranjos criam um ‘topos’, um lugar (a cidade) com fronteiras perceptíveis em relação à não-cidade, ou seja às extensas áreas livres que a circundam em relação às quais a “paisagem urbana” constituída se distingue enquanto uma totalidade funcional, mas que é, ela própria, constituída pela composição de inúmeras variações típicas de arranjos paisagísticos dessas mesmas espécies de elementos (edificações, ruas, praças, parques etc.) e suas tipologias. Ou seja, uma paisagem urbana é um dos possíveis arranjos (ou composições) territoriais de um espectro limitado de elementos cuja funcionalidade síntese é a de gerar uma cultura urbana, por mais embrionária esta possa ser.

Por cultura urbana devemos entender um modo de vida essencialmente social e menos dependente dos elementos naturais (solo, recursos) e de suas dinâmicas (clima, radiação solar) enquanto fatores de produção econômica. Essa emancipação da natureza, sabemos, propicia condições para uma densificação das relações intersubjetivas que

estimulam a criação e desenvolvimento de novos modos de relacionamento social (novos hábitos e comportamentos) e de novas atividades. Porém, o distanciamento da cidade em relação aos elementos da natureza tem limitações além das quais a paisagem se torna inóspita, particularmente os espaços de uso comunitário ou público.

De modo que a cultura urbana não pode deixar de incorporar a natureza naquilo que ela é imprescindível à vida e ao bem-estar dos moradores. Isto posto, podemos dizer que a paisagem urbana, qualquer que seja a sua parcela, resulta de uma síntese no tempo das intervenções realizadas sobre o espaço natural de modo a criar lugares e a tornar cada lugar apropriado e receptivo para um amplo espectro de atividades e sensações correlatas à vida urbana. A forma urbana, como qualquer outro tipo de paisagem, é o resultado mais ou menos determinado, voluntário ou inesperado, das ações empreendidas no sentido de conformar o espaço para determinados fins. À medida que as finalidades mudam, a paisagem de cada lugar será também alterada, lenta ou rapidamente em razão das necessidades postas *hic et nunc* da vida urbana. Portanto, respondendo à pergunta de modo mais direto, a paisagem urbana deve, em cada caso, ser adaptada aos papéis que se espera que cada lugar ou cada cidade possa ou deva desempenhar na divisão regional do trabalho.

Certamente, a paisagem de uma cidade média terá setores que lembram trechos bucólicos de povoados, assim como setores que já indicam, por seus elementos e arranjos paisagísticos, um dinamismo de grande cidade (grandes estabelecimentos comerciais, agência financeiras, complexos culturais). Creio que, no imaginário coletivo, em termos de paisagem urbana, a cidade média apresenta essa polaridade interna que de certa maneira reflete a polaridade regional, desde o povoado até a capital. Importante, nesse aspecto, é aprender com a experiência urbanística das grandes cidades e evitar-se os equívocos e as incúrias nelas perpetrados com relação à qualidade ambiental, especialmente o descaso para com a dinâmica local da natureza e à qualidade dos ambientes configurados pelo processo de urbanização.

*Terr@Plural* - Como se estrutura morfologicamente a paisagem urbana das cidades médias?

Podemos dizer que são três características principais: a fragmentação do tecido urbano, o dinamismo dos vetores espaciais de mobilidade e os ambientes de controle ambiental. Fazendo um gancho com que dissemos logo acima, uma cidade média já não é mais o povoado com sua forma monocêntrica caracterizada em geral por uma praça central com igreja matriz e paço municipal circundada por quarteirões, estes com lotes compridos com quintais e jardins, com um sistema viário relativamente simples e sem muitas restrições de tráfego (mãos e contra-mãos, paradas proibidas, etc.). Uma cidade média já apresenta alguma complexidade funcional e espacial, uma acentuada fragmentação em territorialidades menores (vizinhança, bairro) com suas centralidades, qualidades e funcionalidades próprias, únicas ou relativamente semelhantes entre si configurando, no seu conjunto, um paisagem diversificada, quase “cidades dentro de cidades” (cidade

alta e baixa, de favelas, de condomínios, de grandes conjuntos, de orlas, de encostas, de subcentros etc.), conurbadas, articuladas.

Essa fragmentação pode ganhar contornos bem evidentes à medida que os bairros e os subúrbios se adensam e assumem funções específicas na distribuição espacial das atividades e dos estratos sociais. Cada uma dessas frações infra-urbanas, isso é evidente, tem de ter uma configuração urbana no sentido genérico, ou seja, tem de ter elementos e formas que, mesmo expressando alguma particularidade em relação ao conjunto (em razão do relevo, da história, da arquitetura, das atividades, da cultura próprias ao lugar), configurem também uma necessária continuidade espacial e funcional em relação ao todo da cidade. Aí, as faixas de transição, acessos e conexões entre essas partes da cidade média, por onde passam a trafegar grandes volumes de pessoas e mercadorias (multidões fluindo pelos espaços públicos suscitam readequações da paisagem), tal como acontece nas grandes cidades, esses corredores ganham importância estratégica do ponto de vista funcional e paisagístico. Projetos de mobilidade de massa adentram a esfera pública em razão das disfuncionalidades que começam a emperrar a cidade que, afinal, ganha importância econômica e política e assiste ao espessamento de seus fluxos espaciais.

A depender das disponibilidades de localização (incluídas aí as substituições de tipos arquitetônicos e de usos do solo) as disputas pela apropriação de lugares (pontos) nessas faixas tendem a alimentar a especulação (podendo ocorrer também pressões sobre ambientes frágeis e impróprios como vales, áreas alagáveis, encostas, orlas marinhas), configurando-se em paisagens em constantes metamorfoses. As centralidades nucleares transformam-se em centralidades lineares, ao longo dos principais eixos de mobilidade. Essa é uma novidade que as cidades apresentam em termos morfológicos quando atingem o status de cidade intermediária, quando ganham população e atividades em grande escala.

Por fim, um terceiro traço característico da forma das cidades médias é a emergência de novos equipamentos (ambientes) de controle ambiental destinados ao descarte dos resíduos sólidos e líquidos em grande escala e aqueles destinados ao monitoramento/preservação de alguns ecossistemas em cujo programa paisagístico inclui-se de modo hegemônico o lazer das massas. Historicamente, isso é senso comum, as áreas livres urbanas eram essencialmente os quintais das parcelas urbanas, a gleba do 'rossio' destinada ao uso comum das vilas coloniais e algumas praças cívicas, largos e adros de templos. As servidões de passagem e as servidões de drenagem, de abastecimento de água (nascentes, chafarizes, poços) e de descarte de resíduos (inclusive o cemitério) se localizavam praticamente no interior ou nos limites do pequeno aglomerado.

Ganhando importância na divisão regional do trabalho (rede urbana) e crescendo o aglomerado em atividades e população, crescem também as pressões imobiliárias sobre o meio ambiente, especialmente ambientes frágeis ou necessários à drenagem natural e ao abastecimento urbano com impactos sobre a sustentabilidade. Os recantos de paisagem natural (vales, encostas, alagados, margens, ecossistemas) até então mantidos à margem da urbanização passam a ser ocupados com edificações e vias, tendencialmente por aglomerados de população em condição de vida precária. Face os custos crescentes de reparação ou controle dos sinistros naturais, toma-se consciência da necessidade de

preservação e manejo adequado desses ambientes. Dessa maneira, as áreas remanescentes passam a ter importância estratégica para a qualidade e sustentabilidade da cidade e, conseqüentemente, a serem algumas delas objeto de ações (projetos, investimentos) com vistas a incorporá-las como áreas urbanas especiais.

Concluindo, essas três características morfológicas principais da cidade média evidenciam desde logo processos similares ao que ocorre na conformação da grande cidade polo, porém em menor escala, de modo que se pode dizer que, em termos morfológicos, entre esta e a cidade média as diferenças são de grau.

### *Terr@Plural - Como se conformam os espaços livres das cidades médias brasileiras?*

Creio que parte desta pergunta já está de certa forma respondida acima. Vamos condensar o que dissemos. À medida que uma cidade ganha estatuto de cidade intermediária (cidade média) por consequência de processos reais, duradouros e potentes de reordenamento de fluxos espaciais (de pessoas, mercadorias, valores, poder) em escala regional ou maior, uma sequência de processos espaciais intra-urbanos são desencadeados no sentido de adequar a estrutura histórica existente às novas contingências da dinâmica de reprodução social em curso e que é responsável pelas novas características dos fluxos acima mencionados.

Essa adequação estrutural envolve processos complexos de adequação urbanística e paisagística: grandes obras, grandes investimentos. Com uma diferença com relação à grande cidade polo: com base no que ocorre e ocorreu nestas últimas já se dispõe de razoável conhecimento sobre o processo de urbanização, seus avatares e consequências, positivas e negativas. De modo que, muito do que ocorreu nas grandes cidades poderá, quando benéfico ser imitado e quando não, evitado; daí, também parte da relevância acadêmica e profissional da problemáticas das cidades médias que em geral tendem a experimentar processos análogos.

Um dos temas centrais dessa problemática diz respeito às questões ambientais e aos espaços livres. Grandes áreas livres remanescentes no interior do perímetro urbano e mesmo adjacentes à periferia passam a ser incorporadas à paisagem urbana como espaços livres funcionais, isto é, a terem funções assumidamente mais adequadas às necessidades da densidade urbana (de pessoas e de atividades): seja para o desfrute do tempo livre, seja para a circulação, seja para a sustentabilidade de mananciais de água potável para consumo urbano, seja para o controle ambiental (conforto térmico, drenagem, erosão), seja ainda para o descarte de resíduos (aterros sanitários, tratamento de esgotos).

A gestão dos espaços livres da cidade média, pela escala desses ambientes e pela intensidade de uso, exige um certo grau de complexidade e sofisticação, assim como um poderoso e confiável sistema de financiamento para implantação e sobretudo manutenção. Pode-se dizer que esses espaços elevam o grau de complexidade da infraestrutura urbana ao nível que a grande cidade exige.

Entretanto, um aspecto merece ser destacado nas iniciativas de implantação e gestão: referimo-nos à integração desses espaços livres, de grande escala, à funcionalidade

da cidade. Quer-se com isto dizer (permita-se aqui um inevitável tom normativo) da importância de se ‘abrir’ essas áreas ao usufruto da população incentivando o seu uso com a oferta de atrações, aplicando uma eficaz pedagogia ambiental, aberta também à invenção, à criatividade, aos jogos e brincadeiras, como espaços de desenvolvimento da sociabilidade e da “cultura urbana” acima mencionada e, muito importante, como meio de se manter a dinâmica da natureza próxima e integrada à vida urbana e, portanto, à consciência do habitante, à sua subjetividade/individualidade. Como espaços de concentração de pessoas, eles devem propiciar, além do bem-estar, chances do desenvolvimento de “sociabilidade cidadã”.

Conhecer a razão de ser desses espaços livres no contexto urbano e do que é necessário para a sua manutenção parece-nos fundamental para se apreender o conjunto da cidade que cada vez mais se fraciona em porções territoriais exclusivas. Ou seja, esses espaços livres podem religar o que está em processo de separação, servir de elos mediadores de articulação do conjunto urbano e, também, com seus ambientes periurbanos.

### *Terr@Plural - Qual o potencial urbanístico-paisagístico das cidades médias brasileiras?*

Têm-se dois processos importantes. Por um lado, sucintamente, os processos de transformação tipológica da paisagem edificada (gabaritos, *skyline*, mudanças de uso, substituição), adensamento, diversificação de atividades etc., que desconstroem a paisagem existente e provocam um certo frenesi (aceleração do tempo) na vida urbana. Sensações de estranhamento e de deslocamento passam a povoar os espíritos dos habitantes. As referências que marcavam o quadro de vida tornam-se instáveis, efêmeras, suscitando de cada um esforço maior de entendimento do que está acontecendo e onde reencontrar os novos lugares das coisas e das pessoas. A mudança passa a fazer parte do cotidiano e a perturbar a certeza que a rotina propicia.

De outro lado, por determinações de sustentabilidade ambiental e de funcionalidade, as cidades médias passam a agregar à sua tessitura espacial novas glebas não-urbanizáveis, isto é, glebas não loteáveis, preservando-as livres de fragmentação fundiária e de densidade edilícia, porém atribuindo-lhes funções urbanas imprescindíveis para a qualidade de vida e para a sustentabilidade do aglomerado. A noção de imprescindibilidade de grandes espaços livres públicos é importante para se compreender o “potencial urbanístico-paisagístico” dessas áreas. Grandes espaços livres e abertos, de modo similar às praças de antigamente ou dos empreendimentos atuais, são incorporados à paisagem da cidade, dialeticamente marcando tanto descontinuidades como interligações do tecido urbano.

Qual a síntese desses dois processos? Para os moradores, o que antes contribuía para identificar um determinado princípio paisagístico estruturador e organizador de comportamentos (que é uma das objetividades da paisagem projetada enquanto prévia ideação de ‘espaços’, no sentido que Milton Santos atribui a essa noção) passa, com o tempo e o uso, a suscitar novos sentidos pelo modo como as pessoas racionalizam e descrevem os seus deslocamentos cotidianos desde suas experiências de estranhamento com os espaços

da cidade. A problematização pessoal do que ocorre na vivência de experiências urbanas, ainda que introvertida, parcialmente represada, temporariamente muda, em alguma medida será externalizada contribuindo desse modo para as narrativas da cidade: de sua forma, de seus lugares, de seus trajetos, de seus encantos e desencantos.

Esses dois processos urbano-paisagísticos, a aceleração das mudanças na paisagem e a inclusão de grandes espaços livres prenunciam a grande cidade que germina no interior da cidade intermediária. Claro está, como afirmamos acima, que esses processos são consequências da dinâmica urbana em diferentes escalas e não somente local. O seu potencial é determinado pela posição que cada cidade ocupa na rede de fluxos econômicos e de poder. Sabendo-se manejar (urbanisticamente e paisagisticamente) as suas dinâmicas próprias certamente as cidades intermediárias confirmariam a potencialidade que o sistema econômico (capitalismo financeiro) delas espera que seja a de abrigar a maior parte da população mundial.

*Terr@Plural* - Como se dão as relações com as cidades médias e seu entorno, no âmbito regional?

O processo de formação de uma cidade média, isto é, de mudança de posição na rede urbana regional, é essencialmente histórico mesmo quando circunstancialmente potencializado por políticas, financiamentos e investimentos dirigidos para políticas de reestruturação regional da rede de cidades e dos fluxos econômicos e de poder. Com isso, quer-se dizer que as relações interurbanas e intrarregionais são condicionadas pela divisão regional do trabalho (a contribuição de cada lugar para a produção de bens e serviços na região) que, por sua vez, é consequência das condições de inserção da região na divisão nacional e internacional do trabalho, ou seja, do papel que cada núcleo e sua área de influência ocupam na rede urbana em escala global.

Assim, cada cidade por meio de seus empreendedores oferece ao seu entorno próximo ou distante aquilo que nela se busca como bens ou serviços. É a escala e a persistência das demandas do entorno que viabilizarão ou não a localização de empresas em determinadas cidades. Cabe a ela aproveitar as oportunidades de negócios e se adequar espacialmente para atender satisfatoriamente essas demandas e, com isso, ganhar importância entre os núcleos urbanos próximos. Ao atingir uma determinada escala ou um novo estágio no seu processo de empoderamento, a “cidade que se torna intermediária” ganha uma dinâmica, potencializada pelas novas funções e ofertas que ela passa a agregar num movimento centrípeto desde os entornos próximo e distante, enlaçando no seu pulsar vários núcleos urbanos em sua área de influência. Isso reconfigura a “estrutura urbano-rural” numa tendência polarizadora.

Essa pulsação é claramente perceptível no trânsito local e intermunicipal, nos movimentos cotidianos entre o núcleo central e as cidades vizinhas. Núcleos mais próximos capturados ou afetados pelas ondas polarizadoras acabam por ver estagnadas parte de suas funções econômicas tornando-se núcleo dormitórios. Como consequência intraurbana,

a cidade intermediária ganha aportes financeiros próprios em grandeza suficiente para, de início, ampliar a sua autonomia administrativa e a sua capacidade de endividamento público, em seguida, para induzir planejamento estratégico e empreender grandes obras públicas de adequação urbanística e melhoramento paisagístico.

O complexo urbano-rural constituído pela cidade intermediária e seus núcleos orbitais já pode, inclusive e necessariamente, eleger com autonomia a sua “bancada” de representantes nas esferas estadual e federal e, com isso, reivindicar sua alteridade no conjunto urbano nacional; compor blocos regionais de finalidade política em vista a defesa de seus interesses e a definição dos orçamentos nacionais e estaduais; elaborar planos avançados de desenvolvimento socioeconômico abrangendo o complexo urbano-rural sob sua influência direta.